

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização,
Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do
Sector Rodoviário e Ferroviário**

67.^a Reunião
(5 de abril de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (António Filipe) declarou aberta a reunião às 14 horas e 56 minutos.

Foi ouvido, em audição, o Sr. Dr. Luís Parreirão, ex-Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas. Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Duarte Filipe Marques (PSD), Manuel Seabra (PS) e Altino Bessa (CDS-PP).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 14 horas e 56 minutos.

Antes de começarmos a audição do Sr. Dr. Luís Parreirão, tenho algumas informações para dar, mas creio que podíamos tentar resolver já um pequeno problema que temos, que é o de que daqui a cerca de 15 minutos eu e o Deputado Nuno Encarnação teremos de nos ausentar por cerca de meia hora da sala e na ausência dos vice-presidentes vamos ter de designar o Deputado mais antigo para poder presidir aos trabalhos durante esse interregno.

Srs. Deputados, vamos ter de fazer aqui um breve inquérito para saber quem é o venerável ancião.

Pausa.

O venerável ancião é o Deputado Hélder Amaral.

Sr. Deputado Hélder Amaral, se não se importa, dentro de cerca de 15 minutos, vou pedir-lhe que presida aos trabalhos durante cerca de meia hora a três quartos de hora, porque preciso de me ausentar por vicissitudes da nossa agenda política.

Srs. Deputados, acabámos de chegar a um acordo informal sobre as datas das próximas audições.

Estamos a fazer um levantamento e depois daremos conta, em próxima reunião, do ponto de situação relativamente às perguntas e respostas do questionário indicativo.

Queria informar também que, à medida das possibilidades que vamos tendo, vamos correspondendo a uma solicitação já antiga que nos foi feita pela Polícia Judiciária, de lhes fazermos chegar as transcrições de um conjunto de *Atas* que nos requereram. Estamos a corresponder a esse pedido e já temos aqui um conjunto significativo de *Atas* que lhes vamos enviar.

Srs. Deputados, queria ainda informar que fui contactado pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas, que nos chamou a atenção para o seguinte facto: na primeira audição em que foi ouvido não o foi na qualidade de Presidente do Tribunal de Contas, mas enquanto cidadão e, portanto, não teve, sequer, de dar conhecimento ao Tribunal de Contas de que tinha sido ouvido. O Tribunal de Contas soube, como qualquer cidadão soube. Acontece que nesta segunda audição a sua presença é requerida na qualidade de Presidente do Tribunal de Contas e, portanto, o Sr. Presidente do Tribunal de Contas contactou-me no sentido de chamar a nossa atenção para esse facto, que, obviamente, teremos em devida consideração, mas dizendo que nessa audição estará enquanto Presidente do Tribunal de Contas e que se fará acompanhar por outros elementos do Tribunal de Contas para que possam ser inquiridos e falar nesta Comissão, se for caso disso.

Depois de dar conhecimento deste facto, creio que estamos em condições de dar início à audição do Dr. Luís Parreirão.

Pausa.

Neste momento, deu entrada na sala o Sr. Dr. Luís Parreirão.

Srs. Deputados, já temos connosco o Sr. Dr. Luís Parreirão, que saúdo e a quem agradeço a colaboração com os nossos trabalhos.

Sr. Doutor, aproveitando para o informar que daqui a pouco a reunião será presidida pelo Sr. Deputado Hélder Amaral, gostaria de lhe dar conta da metodologia que temos seguido. Não sei se já teve oportunidade de assistir pelo Canal Parlamento aos nossos trabalhos; caso não tenha tido essa possibilidade ou esse interesse, informo-o de que cada grupo parlamentar dispõe de 8 minutos para colocar questões, que serão respondidas de imediato, numa primeira ronda e numa segunda ronda os Deputados que ainda pretendam colocar alguma questão têm 3 minutos para o fazer.

Pergunto-lhe se tenciona fazer alguma intervenção inicial. Querendo, tem esse direito.

Nesse sentido, dou-lhe a palavra de imediato, Sr. Dr. Luís Parreirão.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão** (ex-Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas): — Sr. Presidente, não vou fazer nenhuma intervenção inicial, exceto a que a boa educação manda fazer, que é cumprimentá-lo e cumprimentar os Srs. Deputados.

Queria também agradecer à Comissão a disponibilidade que teve para alterar a data da minha presença aqui e dizer-lhes que estou, naturalmente, à vossa disposição para ajudar a esclarecer aquilo que muito bem entenderem.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Hoje seria o Bloco de Esquerda a iniciar as questões, mas, não estando presente, passamos ao PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Filipe Marques.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, gostaria de agradecer a sua presença e a disponibilidade para estar aqui presente.

Só hoje recebemos as suas respostas, mas já soubemos que não é responsabilidade sua. O atraso é perfeitamente compreendido. Agradeço o facto de ter respondido, mas não posso deixar de registar, nesta intervenção inicial, que, de facto, houve muitas perguntas que gostávamos de ter visto respondidas. Percebemos, por aquilo que disse, que talvez não tivesse a informação necessária para dar as respostas, mas era importante ter a sua opinião. Assim, gostaria de dizer que ficou um pouco aquém das nossas expetativas a informação que nos deu nestas respostas.

Há um conjunto de perguntas que gostava de lhe fazer, que são da praxe e que temos feito sempre a todos os nossos convidados, e que começam pela confirmação de alguns dados biográficos e do seu percurso profissional para que possamos, depois, conversar sobre as matérias em concreto.

A primeira pergunta é a seguinte: foi Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas durante o período de tempo do mandato do Ministro Jorge Coelho e foi uma das pessoas que saiu naquela situação triste, para todos nós, da queda da ponte de Entre-os-Rios, tendo abandonado o Governo nessa altura?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Exatamente.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Confirmadíssimo.

No inquérito que estamos a fazer temos o privilégio de ter aqui uma pessoa que esteve quer no setor Estado quer no privado.

Gostava de perguntar quando é que foi trabalhar para o Grupo Mota-Engil.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado e Sr. Presidente, se me dão licença, gostava só de fazer um pequeno esclarecimento relativamente à primeira questão que colocou que tem a ver com o documento.

Não exerço funções, já não sou administrador da Mota-Engil desde 2011 e não tenho nenhuma responsabilidade nesta área em concreto desde 2008. Isso quer dizer — e era isso que gostava de lhes dizer como breve explicação — que há um conjunto de questões que os senhores colocam que só podem verdadeiramente ser respondidas por consulta aos processos, ou processos que existem nas empresas ou processos que existem na administração. Portanto, a um conjunto de perguntas que é colocado e ao qual eu faço esse comentário tem a ver com isso mesmo. Por exemplo, quando me perguntam qual é a TIR, só vendo os processos um a um, não há outra possibilidade.

Relativamente à questão que colocou, saí do Governo em março de 2001, fui trabalhar como administrador executivo do Grupo Aenor em agosto/setembro de 2002 e passei a ser administrador do Grupo Mota-Engil a partir de março/abril de 2003, por altura da assembleia geral.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Doutor, não quero que leve a mal a minha questão, mas como sou o primeiro a colocar questões e como o Partido Socialista tem por hábito tentar demonstrar que há aqui umas promiscuidades pouco claras na passagem do público para o privado — o que compreendo, de facto, porque é a nossa preocupação... Assim,

tendo o privilégio de começar a fazer as perguntas e não querendo roubar a pergunta óbvia, que tenho a certeza que, em coerência, o Partido Socialista lhe iria fazer,...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Seria logo a primeira!

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — ... coloco-lhe a seguinte questão: há umas semanas, tivemos aqui o Eng.º Ferreira do Amaral que, questionado pelo Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo sobre a sua passagem do Estado para o privado, respondeu que teriam percorrido cerca de 12 anos. Ou seja, foi 12 anos depois que um ex-Ministro foi trabalhar para o privado para uma área em que já tinha trabalhado. Passado umas semanas, esteve cá o Eng.º Jorge Coelho que nos explicou também, com toda a naturalidade, que fez uma passagem do público para o privado e que, salvo erro, o teria feito com quatro ou cinco anos de distância.

De facto, no seu caso em concreto — e imagino que tenha uma explicação para isso —, é normal que levantemos dúvidas sobre a sua passagem, sobretudo para uma área que é muito relacionada com a atividade anterior e porque tem tido responsabilidades muito importantes no lançamento de vários concursos. Assim, gostaria de saber se não vê nessa passagem algum tipo de preocupações, de dúvidas.

É, portanto, uma pergunta que tenho de lhe fazer para manter a coerência das comissões de inquérito, sobretudo desta, onde têm surgido estas perguntas. Hoje, pela forma e pela postura que temos nesta matéria, não deixo de lha colocar, também, com o devido respeito.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, já respondi, em várias circunstâncias, sobre essa questão ou questões semelhantes.

Percebendo a razão da pergunta, gostava de lhes dizer o seguinte: deixei o Governo em 2001, como já disse; era na altura Deputado à Assembleia da República; entretanto, houve eleições, como também se recordarão, nas quais não fui candidato, e tomei uma opção. A opção que tomei foi a de naquela circunstância enveredar por um outro tipo de atividade e de ação, que não a atividade e ação políticas.

Julgo que, por um lado, nesse tipo de questões importa ter presente aquilo que são as definições legais que o País, o Estado português entende fixar para esse tipo de comportamentos. E desse ponto de vista, do ponto de vista legal, julgo que não haverá nenhuma dúvida de que a minha ida para o Grupo Mota-Engil não tinha nenhuma incompatibilidade. Depois, em cada caso concreto, há que perceber se da prática do comportamento assumido quer num caso quer noutro, quer nas funções públicas quer nas funções privadas, resulta alguns desses problemas que enunciou, nomeadamente o da promiscuidade e da menor clareza.

Devo dizer-lhe que, no meu caso concreto, me sinto, sobre isso, perfeitamente tranquilo. Certamente, ninguém imaginará que em agosto de 2002, tendo sido eu Secretário de Estado num Governo do Partido Socialista, andasse propriamente a influenciar os então Ministros das Finanças ou das Obras Públicas em matéria de concessões.

Portanto, o que aconteceu foi uma opção profissional que fiz, datada, da qual tenho, aliás, muito orgulho e tenho muita honra no que fiz. E, se me perguntar de outra maneira, ou seja, se o que é que eu aprendi sobre concessões e parcerias público-privadas enquanto membro do Governo foi útil no meu desempenho futuro, respondo que foi, com certeza. E, sobre

isso, não tenho nenhuma dúvida. Acharia, aliás, uma hipocrisia dizer o contrário. A vida é feita de experiências e de aprendizagens sucessivas.

Foi isso que se passou. Não tenho nenhuma dúvida em dizer-lhe que aquilo que fui aprendendo nas várias coisas que fui fazendo me foi sempre útil nas fases seguintes da minha vida.

Não sei se respondi à sua pergunta, mas enfim.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Muito obrigado pela sua resposta e pela sua probidade, mas percebe que possam ser levantadas aqui dúvidas e que as pessoas questionem. Sobretudo, pergunto-lhe se concorda ou não comigo que quanto mais tempo for distando dessa passagem mais confortáveis ficarão as partes todas, ou seja, é positivo. Ou acha que devia haver um período, uma espécie de período de nojo, hoje em dia, para estas questões?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, não me compete a mim dizer-lhe o que é que o Estado deve fazer. Agora, acho que se o exercício sucessivo de funções públicas e privadas, por esta ordem ou pela oposta, é um problema que preocupa os órgãos de soberania e os seus titulares, devem assumir sobre isso uma posição clara pela via legislativa.

Vamos lá ver: se é uma questão a merecer ponderação — e eu acho que é — e se essa ponderação tem de ter em conta certamente vários valores e uma orientação global do Estado e dos seus órgãos de soberania, eu julgo que pela via legislativa, que penso ser a via adequada para isso, se devem criar os mecanismos adequados para que essa questão não fique como «arma de arremesso» passível de ser usada em qualquer momento, ou no momento mais oportuno, mas seja disciplinada de forma clara e igual para todos. Mas volto a dizer que, do meu ponto de vista — é uma opinião

meramente pessoal —, tão ou mais importante que o exercício sucessivo de funções no setor público e no setor privado é também o seu inverso.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Muito obrigado pela sua resposta e pela sua clareza.

O Sr. Doutor saiu de administrador executivo da Mota-Engil em 2008, mas esteve até 2012... Depois, ficou ou não no conselho de administração como não executivo? Esta é uma pergunta cuja temporalidade é importante para nós e que era importante esclarecer, porque temos essa informação, mas não consigo confirmar.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Eu exerci funções de Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil - Concessões de Transportes e, a seguir, da Ascendi e das concessionárias do Grupo Aenor até 31 de dezembro de 2008, após o que, mantendo as minhas funções de Administrador da *holding* Mota-Engil, SGPS, passei a exercer a minha atividade em África como administrador da Mota-Engil responsável pelos mercados africanos durante o período de 2009 e 2010. Em 2011 assumi funções não executivas na administração da Mota-Engil e no final de 2011 deixei de ser administrador.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Coloque-lhe, então, a seguinte pergunta: tem conhecimento de uma carta de conforto do Sr. Ministro das Finanças Teixeira dos Santos e do Sr. Ministro das Obras Públicas Mário Lino, de setembro de 2008, precisamente sobre estas concessões, dirigida às concessionárias? Tem conhecimento desta carta? É uma carta que, supomos, foi muito importante para que estas adjudicações tivessem lugar.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, se me disser o que é que está na...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — É uma carta de conforto enviada à Estradas de Portugal que foi usada...

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, se me disser o que está na carta, poderei...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Posso passar a ler.

A carta, dirigida à Estradas de Portugal (EP), resumidamente, diz: «(...) o Governo está em condições de indicar a V. Exas que, conhecendo o Estado as necessidades de financiamento próprio da EP para que esta possa cumprir as obrigações que virão a decorrer dos contratos de subconcessão que outorgará em breve em virtude da adjudicação dos concursos públicos acima referidos (referindo-se à Transmontana, Douro Interior, Baixo Alentejo, Baixo Tejo, AE do Centro, Litoral Oeste, Pinhal Interior, e Alto Alentejo) — e, em geral, as obrigações decorrentes do contrato de concessão da rede rodoviária nacional que a EP celebrou com o Estado Português — procurará criar, sempre, as condições necessárias para que a EP possa cumprir tais obrigações.»

«O Governo aceita (...) que a EP inclua, nos contratos de subconcessão que vier a celebrar no futuro próximo em consequência dos processos concursais referidos, a cláusula de *ownership* anexa a esta carta, aceitando as limitações que podem decorrer para a posição de acionista do Estado (...).»

Ou seja, no fundo, o Estado garante à Estradas de Portugal, através dos Srs. Ministros das Finanças e das Obras Públicas, que assegurará o financiamento sempre que houver necessidade.

A pergunta que lhe coloco é se esta carta de conforto foi ou não fundamental para que a concessionária do grupo de que faz parte, em concreto, no seu caso, celebrasse esses contratos. Ou seja, se este vínculo pessoal de dois ministros foi importante para a confiança da empresa na celebração desses contratos, face, obviamente, às dificuldades que a Estradas de Portugal tinha na sua sustentabilidade financeira.

A interpretação que faço é que esta empresa não tinha sustentabilidade financeira para fazer face aos seus compromissos e, para tal, foi necessário que o próprio Governo, de facto, como se diz na gíria, se «atravessasse» com estas cartas para garantir os pagamentos.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, não tenho nenhuma memória de ter tido conhecimento dessa carta. O que lhe posso dizer é que nessa altura, em setembro de 2008, o processo negocial da concessão Douro Interior estava na sua fase final. Esse concurso foi aberto no início de 2008, sensivelmente — final de 2007 e início de 2008 —, a proposta foi apresentada pelo final do primeiro trimestre e, depois, seguiu-se a fase negocial, após o primeiro relatório de apreciação das propostas.

Nessa fase negocial, o grupo concorrente que eu na altura integrava, e em cujas reuniões participava com a comissão nomeada pelo Estado português — e isso consta das atas —, colocou várias questões e transmitiu sempre ao concedente algumas dificuldades que tinha em matéria de financiamento da subconcessão.

Não nos podemos esquecer que 2008 foi mais ou menos o ano em que tudo desabou em todo o mundo e em que tudo nos caiu sobre a cabeça.

Portanto, há uma mudança relevante entre o momento da entrega da proposta e o momento final de assinatura do contrato e de apresentação da BAFO (*best and final offer*) no final de setembro, início de outubro.

Essas dificuldades que nós na altura colocámos com clareza ao concedente prendiam-se com as dificuldades de liquidez no mercado. Não nos podemos esquecer que nesse mesmo mês faliu a Lehman Brothers. E é neste contexto que estamos a falar. Portanto, uma das dificuldades prendia-se, claramente, com a liquidez; uma outra tinha a ver com o facto de o Banco Europeu de Investimento (BEI) não financiar este empreendimento — contrariamente ao que vinha acontecendo noutras concessões e que depois veio, julgo eu, a verificar-se também ainda noutras, aqui tínhamos essa dificuldade acrescida; e, por outro lado, o custo do financiamento também ia subindo.

Acresce a isso — e julgo que será a esta parte, em concreto, que o Sr. Deputado se refere nessa sua questão — que os financiadores, nomeadamente alguma banca internacional, tinham dificuldade em compreender o estatuto efetivo da EP. Ou seja, como sabem, o Estado português teve concessões e modelos destes diferentes e num primeiro momento, ou seja, em 1997, o modelo era de contratação direta com o Estado, nas subconcessões era contratação com a EP. E, na altura, como está documentado nas atas, foi necessário explicar e esclarecer claramente junto dos financiadores qual era o estatuto da EP e qual o alcance da sua natureza pública. Porventura, será a isso que essa carta se refere. Mas não conheço a carta.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Agradeço a sua resposta, mas, de facto, como disse, e muito bem, e todos nos recordamos, 2008 foi uma altura «em que tudo nos caiu e desabou em cima da cabeça». Acha

normal que, depois disso, ainda se tenham lançado tantos concursos e tantas PPP como foram lançadas? Ou assinados tantos contratos? Apelo à sua experiência como contribuinte e como cidadão.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, compreenderá que a mim não me compete, na qualidade em que aqui estou, pronunciar-me sobre as definições de política pública.

Aquilo que me competia, na altura, era responder às solicitações de política pública, ou seja, responder às solicitações de realização e de concursos anunciados para que as empresas pudessem concorrer. E foi isso que fizemos.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sim, com certeza, percebo, somos todos cidadãos. Mas hoje fala-se que há tanto desemprego na construção civil e, se calhar, fizemos tudo só de uma vez. É, no entanto, uma conjectura minha, não é sua, nem é isso que lhe peço que responda nem é para isso que cá está.

A verdade é que tivemos aqui um ex-presidente da Associação Europeia de Autoestradas que, tendo-o dito em público por diversas vezes, afirmou aqui que, sendo ele parte de uma empresa concessionária, considerava que em Portugal se roçou o exagero e se exagerou neste tipo de aplicações.

Para terminar, porque estou quase a chegar ao fim do meu tempo, gostava de fazer algumas questões sobre o relatório do Tribunal de Contas que terá recusado o visto à subconcessão Douro Interior.

Pergunto-lhe se conhece este relatório do Tribunal de Contas.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não, não conheço, porque quando tudo isso aconteceu já não tinha nenhuma responsabilidade na administração da empresa que toma conta desses assuntos, que é precisamente a Ascendi e o Grupo Aenor.

Portanto, aquilo que sei é uma informação mais difusa, genérica, de que o Tribunal de Contas, na altura, terá entendido que a proposta final não seria exatamente igual à proposta inicial ou alguma coisa desse género. Mas não foi uma matéria com que tivesse lidado.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — É uma diferença de 705 milhões de euros que é para nós muito relevante e sobretudo para os contribuintes é fundamental.

Como poderá verificar, se ler o relatório, são levantadas muitas dúvidas a esta subconcessão.

Assim, queria colocar-lhe uma questão final. No período em que foi Secretário de Estado e no período em que esteve nessa empresa, ao serviço da qual geriu dentro do interesse privado da empresa vários processos destes, teve conhecimento de algum tipo de reuniões que tenham tido lugar entre o Governo, o Tribunal de Contas e as concessionárias, como há pouco tempo afirmou aqui o ex-Presidente da Estradas de Portugal, que possam ter ajudado a interpretar, neste caso, o visto do Tribunal de Contas ou a falta de visto e as decisões que foram tomadas nessa matéria pelo Tribunal de Contas?

Recordo que o Dr. Almerindo Marques o disse publicamente, aqui, numa reunião anterior, e disse até o nome da pessoa que esteve nessa reunião.

Pergunto-lhe, primeiro, se era normal que isso acontecesse e se enquanto Secretário de Estado alguma vez tomou medidas desse foro e,

segundo, se enquanto empresário de uma empresa privada assistiu ou teve conhecimento de algum tipo de reuniões nesse sentido durante o período em que desempenhou funções.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, relativamente às reuniões a que se refere o Dr. Almerindo Marques, e que vi nos jornais, não tenho conhecimento nenhum. Não tenho conhecimento nenhum até porque, pelo que percebi do que li no jornal, tudo isso aconteceu numa altura em que estaria, porventura, entre Angola e Moçambique, no Malawi ou noutra sítio, noutra geografia qualquer! Portanto, não tenho qualquer conhecimento sobre isso.

Relativamente às relações entre as concessionárias e o Tribunal de Contas, ou entre o Governo e o Tribunal de Contas, o que posso dizer-lhe é o seguinte: enquanto responsáveis das concessionárias, fomos algumas vezes solicitados a prestar informação ao Tribunal de Contas em processos vários de auditorias que o Tribunal de Contas conduziu sobre as concessionárias e, obviamente, a nossa posição foi sempre a de fornecer toda a informação que nos era solicitada.

Enquanto Secretário de Estado — normalmente, os processos de visto não correm pelos gabinetes dos membros do Governo, correm pelos serviços —, tive oportunidade, uma vez (confesso que já não me recordo exatamente a propósito de que processo), apenas de dizer ao Presidente do Tribunal de Contas que gostaríamos de, com toda a celeridade, dar a informação que nos fosse solicitada, porque, como sabe, muitas vezes, os processos andam para cá e para lá, para cá e para lá... Portanto, a intervenção que tive, e que me recordo, foi nesse sentido, uma única vez.

Entretanto, assumiu a presidência o Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Seabra.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Luís Parreirão, gostava de o cumprimentar e de agradecer, naturalmente, a sua disponibilidade.

Dando curso às preocupações do Sr. Deputado do PSD Duarte Filipe Marques, gostava de fazer aqui o encaixe das suas transições e do que elas envolveram de repercussão do público para o privado e do privado para o público. O Sr. Doutor foi, então, membro do Governo até 2001, em 2002 assumiu funções de administração na Mota-Engil, mas não teve rigorosamente nada a ver com a adjudicação da concessão Grande Porto à Mota-Engil, ou teve?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, tanto quanto me recordo, e julgo recordar-me bem, esse processo, essa concessão foi adjudicada ou contratada em setembro, outubro de 2002, já no Governo do Dr. Durão Barroso, sendo Ministro das Obras Públicas o Prof. Valente de Oliveira e Ministro das Finanças a Dr.^a Manuela Ferreira Leite.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — O senhor não exerceu nenhuma influência sobre o Prof. Valente de Oliveira para que lhe fosse adjudicada a concessão, pois não?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Permita-me que diga que, se o Sr. Deputado bem conhece o Prof. Valente de Oliveira — que eu também

conheço muito bem —, seria a última coisa que qualquer um de nós faria ao Prof. Valente de Oliveira era exercer pressão e, sobretudo, ele aceitá-la.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Longe de mim suspeitar de tal suscetibilidade do Sr. Prof. Valente de Oliveira para esse tipo de pressões.

Mas esse seu conhecimento do Prof. Valente de Oliveira deriva das suas funções públicas ou do facto de também ter sido administrador da sua empresa?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Eu conheci e privei com o Prof. Valente de Oliveira a partir do momento em que ele passou a ser administrador não executivo da Mota-Engil, num ano que já não posso precisar, mas terá sido em 2006, 2007. Enfim, tenho e sempre tive por ele um grande respeito, uma grande admiração e quando o conheci pessoalmente tudo isso se reforçou, aliás.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Respeito e admiração de que eu também comungo. A única relação que estou a tentar estabelecer é a de saber se, pelo facto de o Sr. Doutor ter estado um ano depois de deixar de ser membro do Governo na administração de uma empresa, isso o coloca numa situação semelhante à do Prof. Valente de Oliveira, que também um ano depois de deixar de ser membro do Governo passou a ser administrador da mesma empresa de que o Sr. Doutor já tinha sido administrador.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não me compete a mim comentar isso.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Era bom que isto ficasse balizado.

O Sr. Dr. Luís Parreirão sabe que, durante o tempo do Governo do Eng.º José Sócrates, foram adjudicadas oito parcerias público-privadas. Dessas oito, quantas é que a Mota-Engil ganhou?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, penso que está a referir-se às subconcessões rodoviárias. Como lhe disse, é uma matéria que deixei de acompanhar diretamente a partir do final de 2008, mas enquanto tive essa responsabilidade foi adjudicada a do Douro Interior e, posteriormente, não sei exatamente quando, a do Pinhal Interior. Julgo que não há mais nenhuma.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — É a confirmação do que já aqui foi dito várias vezes: foram duas em oito, de facto.

Mas, em 2002, também lhe foi adjudicada a do Grande Porto, no tempo do Governo de Durão Barroso/Paulo Portas.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sim, acabei de dizer-lhe isso mesmo, há bocadinho. Exatamente!

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Eu sei que acabou de o dizer, estou a confirmar. Num caso e no outro, qual foi o método pelo qual foram seleccionadas as empresas?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, vamos lá a ver...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — As adjudicatárias!

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sim. O processo que conduz genericamente à adjudicação de parcerias público-privadas e concessões é ou tem sido, em Portugal, diria eu, genericamente o mesmo desde 1997, 1998, ou seja, desde a primeira geração de parcerias público-privadas. Não temos nisso, aliás, grande originalidade...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Por concurso público, então?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sim, não temos nisso grande originalidade, porque a minha experiência de andar um pouco, por vários países, a apresentar propostas, a ganhar alguns concursos e a perder outros diz-me que o modelo é sempre mais ou menos o mesmo. Depende, naturalmente, de cada jurisdição, mas é sempre mais ou menos o mesmo, ou seja, é feito por concurso público ou por oferta pública. Enfim, há países com jurisdições menos regulamentadas, onde o concurso...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Nada que se pareça com o modelo em que, por exemplo, a ANA foi concessionada?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Confesso que não conheço exatamente o modelo da ANA.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Nem de ouvir falar?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Nem de ouvir falar. Tanto quanto sei... Eu posso falar sobre concessões aeroportuárias, mas...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Mas também foi por concurso público, como as concessões?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Daquilo que li, de cultura geral, sobre a ANA, custando-me um bocadinho falar sobre uma matéria que não é aquela para que sou aqui chamado, a concessão teve um momento prévio, em que a ANA ainda era pública, e depois houve uma venda de capital. Acho que é mais ou menos este o modelo, não é?

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Foi assim um processo com a transparência a que nos habituaram nos processos...

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, sobre a transparência não posso pronunciar-me. O que posso dizer-lhe é que nos processos das concessões rodoviárias, os modelos foram sempre mais ou menos os mesmos: concurso público, apresentação de propostas, seleção de dois finalistas...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Nas PPP?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sim!

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Na ANA não sabe, nem de ouvir dizer?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não sei, porque não é da minha responsabilidade. Aquilo que sei de ouvir dizer na ANA foi o que lhe disse!

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Gostava de fazer essa comparação, mas também gostava de saber outra coisa: o critério com base no qual foi adjudicada à sua empresa, à Mota-Engil, as duas subconcessões de que falou há pouco, foi o do preço mais baixo?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, julgo que é redutor, em processos desta natureza e complexidade, falar de preço mais baixo.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Mas foi o preço mais baixo?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — O que estava em causa era o preço mais baixo na perspetiva dos encargos para o Estado. E o preço mais baixo na perspetiva dos encargos para o Estado, no caso da concessão Douro Interior — que é aquela sobre a qual posso falar —, quer a proposta que apresentámos quer a que foi apresentada na BAFO e que foi objeto de adjudicação, era a que representava para o Estado, nos termos do relatório da comissão, o menor encargo para o Estado.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Portanto, assentemos: a concessão, designadamente a do Douro Interior — a cuja concessão o Sr. Doutor assistiu —, foi atribuída à Mota-Engil com base no critério do preço mais baixo, do ponto de vista dos encargos para o Estado. Aconteceu o mesmo com a concessão Grande Porto, que foi atribuída à Mota-Engil pelo Governo de Durão Barroso/Paulo Portas?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, gostava de poder responder-lhe a essa questão, mas confesso que já não me recordo

exatamente qual foi o... Não me recordo exatamente nem do relatório nem do parecer.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Posso repriminar uma explicação dada pelo Prof. Valente de Oliveira, que disse aqui que foi adjudicada ao segundo preço, do ponto de vista dos encargos para o Estado, que era 33% mais caro do que o primeiro. Só gostava de saber se é possível que o Sr. Doutor confirme essa afirmação que o Prof. Valente de Oliveira aqui deixou.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, se o Prof. Valente de Oliveira disse isso, certamente... O que o Prof. Valente de Oliveira disse aqui, seja o que for, é certamente a verdade. Mas isso coloca uma questão, que era aquela a que estava a tentar responder, que é a da complexidade dos processos.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Não querendo ser redutor, a complexidade dos processos leva sempre a um critério de adjudicação, e esse critério de adjudicação pode não ser sustentado no do encargo mais baixo para o Estado?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não. O critério de adjudicação tem, como podem verificar nos relatórios, um conjunto de ponderadores que têm pesos percentuais diferentes na fixação da proposta de adjudicação e na valoração final...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sendo que o critério do preço é...?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — O preço é um critério relevante, mas não é, admito eu, sempre ponderado com a mesma percentagem. Também é muito relevante a capacidade técnica e a valia técnica do projeto — enfim, estamos a falar da construção de uma estrada e, portanto, a valia técnica do projeto é muito relevante. A forma como o contrato é apresentado e defendido também tem um peso menor, mas significativo, e o grau de compromisso dos acionistas na realização do capital das concessionárias é igualmente uma questão muito valorizada.

Portanto, há um conjunto de ponderadores, que é aprovado, aliás, no programa de concurso e consta do programa de concurso, em que os 100% finais decorrem da valia técnica do projeto, do tipo de compromisso assumido, do preço, etc.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Não vou esgrimir consigo a qualidade de projeto, a apreciação de projeto, pois são critérios mais subjetivos. Mas, coincidentemente — só queria que mo confirmasse —, a concessão Douro Interior, atribuída à Mota-Engil quando o senhor era lá administrador, foi atribuída à proposta que tinha o preço mais baixo; e a concessão Grande Porto, coincidentemente, foi atribuída à que tinha o segundo preço, aliás, 33% mais caro do que o primeiro. É assim?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Se o Sr. Deputado o diz!

Relativamente à concessão Douro Interior, lembro-me exatamente que tínhamos a melhor proposta do ponto de vista do preço; relativamente à concessão Douro Interior, confesso que não me recordo exatamente dos valores que estavam em causa.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Já que estamos aqui em transições do público para o privado existentes na zona interior, quem é que representava a entidade financiadora na concessão Douro Interior? Quem foi que estabeleceu com o Estado o contrato de financiamento? Que bancos estavam envolvidos?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Os bancos que apoiavam a concessionária eram — podem faltar-me alguns — o Banco Espírito Santo, o BCP, não sei se a Caixa Geral de Depósitos também...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — A CaixaBI não estava?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Admito que sim. E alguns bancos internacionais, mas poucos. A tradição, nestes processos, era a de haver sindicatos bancários muito fortes e muito diversificados — eram sindicatos bancários com 15, 20 bancos, a maior parte deles internacionais, mas a partir da crise de 2008 tudo isto se alterou um pouco e, portanto, esta proposta foi suportada, em grande medida, por bancos nacionais e, enfim, por alguns bancos internacionais, que não me recordo quais eram. Mas eram sindicatos bancários mais pequenos.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Estou interessado em fixar a banca nacional. Quem eram os interlocutores da banca nacional nesses processos?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, eu gostava de dizer-lhe quem eram, mas...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Lembra-se do Dr. Sérgio Monteiro nesse processo, ou não?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Lembro-me do Dr. Sérgio Monteiro em vários processos em que interveio enquanto administrador ou diretor... Enfim, enquanto responsável, se quiser, da Caixa...

Agora, do Banco Espírito Santo, sim.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Agradeço a ajuda que a bancada do PSD está a dar nas respostas, mas prefiro que me responda a mim do que se alavanque nas sugestões que os Deputados do PSD lhe estão a dar!

Sr. Doutor, com toda a estima e, aliás, amizade que nos liga, gostava que me explicasse qual a posição que o Dr. Sérgio Monteiro tinha no conjunto desses processos.

Sei que a Mota-Engil se associou muitas vezes ao BES, mas também sei que a Caixa Geral de Depósitos, mas também sei que a Caixa Geral de Depósitos, através da CaixaBI, interveio nestes processos. Gostava de saber qual a importância do Dr. Sérgio Monteiro, uma vez que falámos aqui de transições do público para o privado e do privado para o público e não me esqueço que o Sr. Dr. Sérgio Monteiro veio diretamente da CaixaBI para o Governo. Nem sei se mudou de telemóvel... Foi de um dia para o outro!

Portanto, gostava de saber que ligação tinha, que tipo de intervenção tinha, se estava profundamente envolvido, independentemente dos apartes da bancada do PPD, que podem ser eventualmente interessantes ou para rasgar e deitar fora.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, os bancos que intervinham nesses processos tinham vários responsáveis que dialogavam connosco.

Se me pergunta expressamente em relação ao Dr. Sérgio Monteiro, a posição do Dr. Sérgio Monteiro nessas negociações era, naturalmente, uma posição importante, correspondente à sua importância na Caixa Geral de Depósitos e da própria Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Era tão importante, tão importante, tão importante que interveio em todos! Já lhe chamámos aqui o «bola de ouro» das PPP.

Interveio em todos, do princípio ao fim, e até veio oferecer ao Estado, como o Sr. Doutor se lembra, 7500 milhões de euros emprestados para o Estado contratar PPP em que ele, agora, diz que não acredita.

Mas, enfim, a vida é assim. Como dizia o Herman José, a vida é como os interruptores: uns dias para cima outros para baixo. Não vale a pena esgrimirmos muito à volta disto.

Vamos a outro tema do inquérito. O Sr. Doutor, tendo acompanhado, como sabemos que acompanhou, este processo das parcerias público-privadas do lado do Governo e, depois, também do lado do acionista Mota-Engil, apercebeu-se de evoluções neste processo, pela sua ligação mais próxima aos processos. De que forma avaliou os riscos que originariamente estavam imputados ao Estado? Com o novo modelo de contratação do Estado, os riscos foram passando para o parceiro privado?

Por exemplo, o que é que se passava com o risco de construção, que era do Estado até 2006-2007? A partir dessa altura passou a ser de quem?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Acho que nesta matéria, como certamente em muitas outras, o caminho faz-se caminhando e não há soluções eternas nem há soluções uniformes. Aliás, uma das características deste tipo de contratos é a sua grande plasticidade e a sua adequação a vários tipos de realidades.

O risco de construção nos contratos de concessão celebrados quer relativamente à primeira geração de concessões quer às subconcessões sempre foi um risco das concessionárias, que o transferiam, invariavelmente, para os ACE construtores.

É assim aqui como é assim, genericamente...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Desculpe, mas perdi a linha de raciocínio. Houve uma evolução que...

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — O que eu estava a dizer era que o risco de construção, quer na primeira geração de concessões, 1997-1998, quer nas subconcessões, foi sempre um risco das concessionárias, que elas transferiam, através de contratos de projeto e construção, para os ACE construtores. E estava a dizer-lhe que é assim em Portugal como é assim genericamente, em todos os processos desta natureza.

O que mudou da primeira geração de concessões para a segunda geração — quando digo segunda geração, refiro-me às subconcessões — não foi a alocação do risco de construção às concessionárias, foram os pressupostos de lançamento dos concursos do lado do Estado. Ou seja, o Estado...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Até esse momento, se houvesse trabalhos a mais, quem é que os pagava?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, por definição, nas concessões não há trabalhos a mais.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Mas tanto houve que, por exemplo, em Estarreja, soubemos que a alteração do traçado custaria ao Estado mais 311 milhões de euros.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Isso não é trabalhos a mais! Que disparate! Isso não é verdade!

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — O que eu estava a referir era o seguinte: na primeira geração de concessões, os concursos não tinham como pressuposto, por exemplo, que todos os traçados tivessem aprovação ambiental prévia. Tinha como pressuposto que esses traçados tinham de ser objeto de avaliação ambiental, a apresentar depois do concurso.

Por legislação, que julgo de 2003 mas não sei em concreto, e depois no âmbito das subconcessões, há uma evolução no sentido de, quando o concurso é lançado, essas aprovações ambientais já estarem obtidas pelas entidades públicas. Aliás, no caso do Douro Interior...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sei que a expressão «trabalhos a mais» é redutora. Direi, então, alterações das circunstâncias...

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — No caso do Douro Interior, foi anulado, em fase de negociações, um troço precisamente por essa razão. Foi isto que se passou.

Agora, quando se refere a acréscimo de custos ou percas de receita relativamente às concessões, e a cada uma delas, isso tem a ver com o circunstancialismo da execução de cada contrato.

Portanto, num contrato onde todos esses pressupostos já estão reunidos, a probabilidade de haver acidentes no percurso das concessões é menor do que noutros casos.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Mas, Sr. Doutor, esses riscos de construção, o ambiental e outros, como de expropriações, de financiamento, de operação, de manutenção, foram durante muitos anos atribuídos ao Estado e, a partir da nova geração de contratos de parcerias público-privadas, passaram a correr exclusivamente pelo lado do parceiro

privado. Era sobre esta evolução que eu gostava de obter o seu comentário, uma vez que estive envolvido diretamente. Como estive o Dr. Sérgio Monteiro, não sei quem pelo BES, o Sr. Doutor pela Mota-Engil... Esteve muita gente envolvida por muitos lados.

O Sr. Doutor tem uma experiência, um conhecimento, um *know-how*, uma intervenção que nos pode enriquecer.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — A minha opinião sobre isso é a seguinte: quando uma empresa apresenta uma proposta, o que é que pondera? Quanto custa fazer a obra, o dinheiro que é necessário para a fazer e quais os riscos que lhe estão associados. Evidentemente que se os riscos que estão associados à obra forem menores, a proposta deve ser mais baixa, ou seja, quem, no final do dia, vai pagar os trabalhos, vai pagar menos. Mas eu diria que isso é assim sempre.

Acho que há uma evolução no modelo, que teve evoluções. Acho que, nessa evolução, o Estado foi-se dotando de conhecimentos que não tinha, o que é um percurso natural e razoável, e a abordagem que todos fazemos dos vários modelos tem também de ser um pouco datada.

Vou dar um exemplo. No início deste processo, no final dos anos 90, era impensável, do ponto de vista conceptual, que as expropriações não fossem conduzidas pelo Estado. Era impensável. O que todos achávamos era que se tratava de um exercício de autoridade pública...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Mas se lermos os jornais da época, qual era a tradição da imprensa na altura? Era dizer que o Centro Cultural de Belém começou por custar x e acabou por x vezes 5; o preço das expropriações para aquela obra era de x e acabou em x vezes 10; a intervenção feita aqui, ali ou acolá era de y e acabou em y vezes 10.

O esclarecimento que gostava que nos desse tem a ver com a evolução. Há ou não uma transferência para o privado do risco? Neste momento, uma parte significativa desse risco está endossado aos particulares e há risco zero do Estado. Gostava que me dissesse se isto é verdade e que, evidentemente, contextualizasse a evolução. Gostava que confirmasse ou infirmasse esta minha tese.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, a questão é muito simples de responder. Em todos estes processos, há sempre um contrato de construção associado, e o contrato que está associado é um contrato de preço fixo e final. Portanto, sobre isso não há nenhuma alteração.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Hoje?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não, Sr. Deputado. É da natureza dos processos.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Em 2002 era assim?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Em 2002 era assim.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Então, não havia risco de construção para o Estado?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não havia risco de construção para o Estado. Tal como estava a atentar dizer-lhe, não havia risco de construção, o que existia era pressupostos diferentes, ou seja, hoje, os concursos, quando são lançados — quando digo «hoje», estou a referir-me à segunda

geração —, os pressupostos estão mais densificados. Já existe a aprovação ambiental e, falando de expropriações, o que era inaceitável, no final dos anos 90, hoje já se aceita, isto é, que as expropriações sejam conduzidas pela concessionária. Portanto, há uma evolução que, desse ponto de vista, acho que é uma evolução positiva, no sentido de haver menos incertezas ou menos possibilidades de acidentes na execução de um contrato.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Essa incerteza e essa possibilidade de acidentes que antes existia e que invariavelmente custavam qualquer coisa mais ao Estado do que aquilo que estava previsto, hoje custam mais ao Estado do que aquilo que o Estado tinha previsto?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não, Sr. Deputado...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sim ou não?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Se não houver no contrato ou, melhor, se tudo o que está contratado for executado naqueles prazos, e hoje há condições para que isso possa acontecer e é o que tem acontecido...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Mas o que eu quero saber é, se não for executado naqueles prazos, se o Estado paga mais.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não sei se o Estado paga mais...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Mas paga ou não paga, Sr. Doutor? O contrato não é fechado?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Se o contrato se desequilibrar por ação do Estado, vai ter de pagar o desequilíbrio que gerou.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Há muitos «se» e muitas condicionantes, mas se o contrato for executado naqueles termos, depois, há ou não algum sobressalto?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Com certeza que não. Se for executado nos termos em que está contratado, não há nenhum sobressalto.

O Sr. **Presidente** (Hélder Amaral): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, apelo a alguma tolerância da sua parte, uma vez que temos tido aqui inquirições que acabam aos 11 minutos e esta ainda vai nos oito minutos e pouco.

Tenho ainda mais duas perguntas que gostaria de colocar e assim apelo à sua tolerância.

O Sr. **Presidente** (Hélder Amaral): — Sr. Deputado, é verdade que há algumas que acabam aos 11 minutos e a anterior terminou aos 9 minutos e 27 segundos, e a Mesa utilizará a mesma tolerância, mas não faz regra os exageros do passado. Aliás, o Sr. Deputado fez alguns reequilíbrios de perguntas, o que só ajudou à vivacidade do debate, mas a Mesa aceita que o Sr. Deputado coloque as duas perguntas de forma concisa, como é seu hábito.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, muito obrigado pela sua tolerância, que registo e louvo.

Sr. Dr. Luís Parreirão, nas subconcessões, alguma vez houve alguma alteração de traçado imposta pelo Estado unilateralmente, pelo menos naqueles casos que o senhor acompanhou, que tivesse provocado sobrecustos para o Estado?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, verdadeiramente, não acompanhei nenhuma, porque as minhas funções terminaram no momento em que assinei o contrato, ou seja, mudei de funções um mês depois, pelo que já não acompanhei o contrato em execução e desenvolvimento. Tudo o que lhe possa dizer sobre isso resultaria de pesquisa e ficaria no domínio da opinião e não daquilo que eu vivi.

O Sr. **Presidente** (Hélder Amaral) — Para colocar a última questão...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, agradeço a sua tolerância, mas não me balize dessa forma. Não sou pessoa para me inibir com facilidade mas, com balizas tão estreitas, posso ter alguma dificuldade em acertar, além de que está aqui a abrir um precedente que espero que depois seja aplicado aos interpelantes que me sucederem, que tem a ver com facto de eles serem balizados a partir dos 8 minutos, não propriamente os conteúdos, porque o Sr. Presidente ainda não fez isso e espero que não venha a fazê-lo, mas nos exatos termos e na forma adjetiva como as perguntas são colocadas.

Sr. Doutor, uma vez que nos disse aqui que saiu na hora do «pontapé de saída», estive lá até o jogo da concessão começar e, portanto, só estive na preparação, mas, tendo estado na preparação, poder-me-á dizer se o custo contratado com as concessões é inferior ou superior ao custo inicialmente previsto. Ou seja, havia um custo que estava na base do

lançamento das subconcessões que depois era ou não cumprido por defeito ou por excesso?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, confesso que não me recordo disso agora.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Não se recorda.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Admito...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — O Sr. Doutor disse há pouco que saiu quando a «bola» começou a rolar.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Certo.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Mas até a «bola» começar a rolar fixou-se tudo...

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Certo.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — ... e, como se fixou tudo até a «bola» começar a rolar, o Sr. Doutor há de ter uma ideia de como era. Por definição, o custo estimado à partida era ou não superior ao custo à chegada? Ou seja, o processo negocial com os concorrentes levava ou não a um abaixamento dos custos que sustentavam a assinatura dos contratos?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, no caso do Douro Interior, concretamente nesse caso, julgo que a proposta final é, apesar de tudo, ligeiramente abaixo...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — O que quer dizer com «apesar de tudo»?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Apesar das circunstâncias do ano 2008.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Mesmo com as circunstâncias de 2008, o senhor ainda assinou um contrato com o preço mais baixo do que aquele que tinha proposto?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Tenho ideia de que a proposta final, não muito significativamente, gerava encargos menores do que a proposta inicial. Mas teve a ver com as alterações que, entretanto, decorreram da própria negociação.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — E as TIR, ao longo do tempo, também foram baixando ou não?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — A TIR acho que é a mesma. A TIR inicial e a TIR final acho que são a mesma.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Muito obrigado.
Sr. Presidente, agradeço a sua tolerância.

O Sr. **Presidente** (Hélder Amaral): — Sr. Deputado, terminou antes dos 11 minutos. Não abrimos qualquer precedente.

Segue-se o CDS-Partido Popular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Dr. Luís Parreirão e agradecer a sua presença, bem como as perguntas a que já respondeu.

Gostava de começar por perguntar-lhe o seguinte: no período em que foi Secretário de Estado das Obras Públicas, julgo que entre 1999 e março de 2001, quantos contratos, quantas parcerias público-privadas, quantas obras, assinou nessa qualidade com o Grupo Mota-Engil diretamente ou com algum consórcio no qual a Mota-Engil fizesse parte?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, assinar não assinei, seguramente, nenhuma. Neste domínio das parcerias público-privadas e das concessões, as adjudicações são, como sabe, feitas através de resoluções do Conselho de Ministros. Portanto, foi nessa sede que foram tomadas tais deliberações.

Aquilo que me recordo — e julgo que me recordo bem — é que enquanto fui Secretário de Estado o Governo terá contratado com consórcios que a Mota-Engil integrava a concessão Costa de Prata, e julgo que só essa. Se a memória não me traiçoa, julgo que só essa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Então, o Sr. Doutor não esteve envolvido nas concessões Norte, que foi assinada em 1999, Costa de Prata, que já referiu, e Beiras Litoral e Alta, o IP5, em 2001!? Isto não foi no período em que o Sr. Doutor era Secretário de Estado?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Efetivamente, é assim.

A concessão Norte foi adjudicada quando o Ministro das Obras Públicas era o Eng.º João Cravinho e a concessão Beiras Litoral e Alta foi adjudicada sendo Ministro, julgo, o Dr. Ferro Rodrigues.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — E o senhor não era Secretário de Estado em nenhuma destas alturas? Não esteve nestes processos? Não fez nenhum tipo de negociação? Não participou em reuniões? No lançamento destes concursos? Não teve nada a ver com as concessões Norte e Beiras Litoral e Alta?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — A concessão Norte...

Para esclarecer e talvez se torne mais fácil, direi o seguinte: eu fui Secretário de Estado das Obras Públicas exatamente no mesmo período em que o Dr. Jorge Coelho foi Ministro das Obras Públicas, exceto aqueles primeiros dias em que os ministros tomam posse e os secretários de Estado tomam posse quatro ou cinco dias depois.

Portanto, nesse período, a concessão Norte já estava adjudicada. Estavam adjudicadas a concessão Norte, a concessão Oeste e a concessão da Beira Interior — julgo que já estavam contratadas — e estavam a decorrer processos relativamente às outras, nomeadamente as que referiu, isto é, a Costa de Prata e a Beiras Litoral e Alta. Esses processos eram conduzidos por comissões de negociação lideradas sempre por conselheiros do Conselho Superior de Obras Públicas. Era assim que o processo decorria. O processo só chegava aos membros do Governo...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Mas quem tinha a tutela política era o Sr. Doutor, à época!

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Quem tinha a tutela política era, seguramente, o Sr. Ministro, que podia ou não ter delegado em mim.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — E tinha?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sim, a tutela das Obras Públicas era minha.

Estava eu a dizer que esses processos só chegavam aos membros do Governo, na fase de relatórios de negociação, ou para seleção dos dois finalistas que iam negociar com o Estado ou para proposição da adjudicação à melhor proposta.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Então, está a dizer-me que, nesse período, relativamente a estas...

Já agora, também gostava de lhe perguntar se nunca teve, durante este período, nenhuma interferência no lançamento do processo, do projeto, do Grande Porto, sendo que foi assinado já no Governo posterior. Teve ou não interferência no lançamento da concessão Grande Porto?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — A interferência que posso ter tido em qualquer uma delas tem a ver, tal como lhe dizia, com os relatórios que nos eram apresentados pelas comissões de negociação.

Aquilo que me recordo, relativamente ao Grande Porto, é fundamentalmente o seguinte: o processo do Grande Porto foi muito atribulado e a ideia que tenho — perdoar-me-ão, mas já lá vão 12 ou 13

anos — é que, quando cheguei à Secretaria de Estado, o processo estava parado ou com dificuldades várias, porque tinha tido diversas atribuições internas e o esforço era no sentido de o pôr de novo a andar. Aconteceram várias coisas. Como sabe, estes processos eram sempre acompanhados por vários consultores e, neste caso concreto do Grande Porto, aconteceu que um dos consultores passou por dificuldades financeiras e não podia acompanhar o processo. Foi um processo muito atribulado — é a memória que tenho enquanto fui Secretário de Estado.

A intervenção que eu possa ter tido é tão-só esta: ou homologar relatórios que tenham sido apresentados, aliás, propor a homologação aos ministros e, para além disso, propor a adjudicação que, julgo, no caso, só terá acontecido na concessão Costa de Prata.

De qualquer forma, porque acho que isso tem vantagens e para tentar ser o mais rigoroso possível, todos esses processos eram despachados pelos responsáveis políticos das Obras Públicas e também pelos responsáveis políticos das Finanças.

Ou seja, para responder um bocadinho mais concretamente à questão da tutela, quero dizer que a tutela das Obras Públicas em matéria de concessões e parcerias público-privadas era uma tutela partilhada com o Ministério das Finanças, como, aliás, resulta quer da composição das comissões quer dos relatórios e dos despachos que neles estarão proferidos.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Pois. Isso nós sabemos. Mas há aqui uma intenção — essa é a leitura que faço de o Sr. Doutor estar aqui com muitas justificações relativamente a isso e relativamente à questão das várias comissões... Independentemente de terem sido bem lançadas, de não terem sido bem lançadas, do que se passou em relação a todos estes processos, nunca há ninguém que assuma responsabilidades, porque as

lançou, ou porque tomou a opção política, ou porque as homologou, ou porque... As responsabilidades de todos estes processos são sempre remetidas para os técnicos. Dizem-nos: «Os técnicos é que fizeram, os técnicos é que fizeram os processos de renegociação, os técnicos é que apresentaram», nunca há uma responsabilidade política relativamente a todas estas matérias.

E o que é certo, e parece-me evidente, é que, na altura em que o senhor foi Secretário de Estado houve variadíssimas ou algumas obras que foram lançadas, que estavam em fase de lançamento... Não querendo afirmar, pergunto-lhe se teve reuniões, por exemplo, com os representantes da empresa Mota-Engil, se teve contatos diretos para saber exatamente como estavam estes processos, como é que ia acompanhando isto ou se estava fora de toda esta situação. Qual foi a relação que teve... Para algumas pessoas poderá não ser, mas para mim é um bocado estranho como é que uma pessoa sai de um Governo que tutela uma área específica, a das obras públicas, em março de 2001 e, passado um ano e cinco meses... Neste período, terá existido ainda algumas negociações para essa contratação, digo eu, o que significa que houve contatos de muita proximidade que levaram a que o Sr. Doutor integrasse a própria Mota-Engil.

Indo à questão da incompatibilidade ou não, direi o seguinte: o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, no seu artigo 5.º, diz: «Os titulares de órgãos de soberania e titulares de cargos políticos não podem exercer, pelo período de três anos contado da data da cessação das respetivas funções, cargos em empresas privadas que prossigam atividades no setor por eles diretamente tutelado, desde que, no período do respetivo mandato, tenham sido objeto de operações de privatização...» — o que não

era o caso — «... ou tenham beneficiado de incentivos financeiros ou de sistemas de incentivos e benefícios fiscais de natureza contratual». Pergunto: nunca, em nenhuma altura, se lhe suscitou a dúvida de que, eventualmente, houvesse aqui alguma incompatibilidade, porque esta interpretação, sendo muito jurídica, também não é consensual entre os próprios juristas?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, gostaria de esclarecer várias coisas.

Em primeiro lugar, se interpretou das minhas palavras que eu estava à procura de justificações, não interpretou bem, porque eu não estou à procura de justificação alguma. Eu estou a tentar ser o mais claro possível com a Comissão relatando aquilo que se passou e aquilo que, tendo-se passado, se pode alcançar pela consulta dos processos existentes na Administração.

Gostava de deixar claro que não estou aqui para me justificar de nada. Se algum Sr. Deputado ou o Sr. Presidente ficaram com essa ideia, peço que deixem de a ter porque não estou aqui para me justificar de nada. Estou aqui a tentar ser o mais claro possível e a tentar relatar aquilo que se passou nos vários momentos.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado referiu que eu terei tido, com toda a certeza, reuniões com empresas. Sr. Deputado, mal vai o membro de um governo que não reúne com empresas. Agora, salvo melhor opinião, o senhor não pode é partir daí para concluir que nessas reuniões com empresas se trataram de coisas que não se podem dizer em público. Enquanto membro do Governo, tudo aquilo que tratei com empresas ou com outras entidades pode dizer-se em público.

Portanto, não tenho, sobre isso, nenhuma limitação e muito menos qualquer tipo de receio.

Agora...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Doutor, peço desculpa, sabe que, às vezes, precisamos de fazer estas perguntas, até para obter a clareza das respostas. É que até já chegámos, diria, com alguma agressividade da minha parte, a levar o ex-Presidente da Estradas de Portugal a admitir que teve reuniões com o Secretário-Geral, Juiz do Tribunal de Contas, na Presidência do Conselho de Ministros, onde estavam também outros membros do Governo, nomeadamente o Secretário de Estado Paulo Campos. Isto significa que a sensação com que ficamos, às vezes, aqui, nesta Comissão, é a de que nem tudo é dito.

Relativamente às tais reuniões de que o senhor diz que se pode falar em público, a sensação com que ficamos, quanto a algumas pessoas que por aqui passam, é a de que, efetivamente, não são tão claras quanto isso. Por isso, agradeço-lhe o facto de estar a dizer isso e que nos conte exatamente o que se passou, porque é para isso que aqui estamos e é exatamente no sentido dessa procura dos factos, e nada mais, que vai a minha intervenção.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Por isso, continuando, gostava de lhe dizer que, relativamente aos processos de negociação com os concorrentes, enquanto fui membro do Governo, eram, efetivamente, conduzidos por essas comissões, que eram todas lideradas por conselheiros do Conselho Superior de Obras Públicas e nenhum deles poderá, em qualquer circunstância, dizer que eu lhe dei uma instrução, uma orientação, uma sugestão, exceto a preocupação de que os processos fossem céleres, dentro

do condicionamento deste tipo de processos, e de que a proposta final que o Estado viesse a adjudicar fosse a melhor. Isto decorria em reuniões periódicas que eu tinha com todos eles e não com cada um deles. Era assim que funcionava e é isto que estou a tentar explicar.

Depois, confesso que tenho alguma dificuldade quando o Sr. Deputado coloca as questões no domínio da estranheza, porque, como tive oportunidade de dizer em resposta às questões colocadas pelo Sr. Deputado Duarte Marques, não tive, na altura, nenhum problema de consciência, quando, ao fim de um ano e tal, fui trabalhar para a Mota-Engil.

Não decorreu do exercício das minhas funções nenhum desses tipos de problemas e não me parece que o convite que me foi feito, à época, fosse imputável a uma proximidade decorrente dos processos em curso de adjudicação de concessões, porque, durante aquele período, foram adjudicadas concessões a várias empresas e a vários grupos empresariais, portugueses e estrangeiros. Portanto, a valoração que foi feita, à época, não foi, certamente, essa.

Relativamente à questão legislativa que colocou, naturalmente, à época, tive a preocupação de ver a lei em vigor e acho que é claro, para mim, é genericamente claro, que a circunstância aí referida não se aplica no caso concreto. De qualquer forma e tal como disse há pouco, em resposta ao Sr. Deputado Duarte Marques, acho que a questão não deve ser deixada ao livre arbítrio individual, na justa medida em que isso, depois, proporciona equívocos desta natureza. Enfim, se há necessidade de regulamentar a questão, acho que deve ser em sede legislativa que se deve fixar uma opção clara e uniforme.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Doutor, no campo da estranheza ou, se quiser levar para outro campo, como sinal de

transparência, o que aconteceu até com outros foi que fizeram questão de apregoar aqui essa situação no caso concreto. Por exemplo, o Sr. Dr. Jorge Coelho disse: «Não fui para a Mota-Engil no ano seguinte, nem passados dois anos, nem passados três anos». Ele fez questão de dizer que teve o seu período de nojo, indicando, exatamente, que a sua posição ia nesse sentido, o de que era preciso haver um período de nojo.

A lei não fala por acaso em três anos, fala em algumas coisas específicas, mas fala em três anos.

Sinceramente...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — E o Prof. Valente de Oliveira? Quanto tempo foi?

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Desculpe, isso, a mim, não me interessa, é-me absolutamente igual, tanto serve para uns como para outros. Não estou aqui para defender a posição do Prof. Valente de Oliveira ou de outra pessoa qualquer, porque, para mim, é exatamente igual.

A minha posição pessoal é a de que devia haver um período de nojo entre umas funções e outras.

Passando à frente, no caso concreto da Douro Interior, o Sr. Doutor, há pouco, dizia que, da primeira fase para a fase BAFO ou para a fase final, até baixou o preço. E, segundo os dados que temos, designadamente o relatório do Tribunal de Contas, isso não é verdade, pois subiu 60 milhões de euros. Depois, voltou ao preço inicial, mas isto foi na tal fase em que o Sr. Doutor já não participou, nos tais encontros na Presidência do Conselho de Ministros, para reformular os contratos, a tal questão dos 705 milhões de euros, onde também entra uma parte daqui.

É que, na fase inicial, eram 696 milhões de euros e, na fase final, eram 757 milhões de euros, sendo que o investimento total também baixou 15 milhões de euros.

Mas a maior diferença, as duas ou três maiores diferenças no meio disto tudo, que não consigo perceber, e o próprio Tribunal de Contas também não, têm a ver com o seguinte: da primeira fase para a segunda, foi retirado o lanço Junqueira-Pocinho, no IP2, com o valor de 99 milhões de euros — estou a arredondar os números — e verificou-se a alteração de nós desnivelados para ligações de nível, a supressão de vias de lentos, a alteração de perfil transversal tipo em secção corrente, e alteração do perfil transversal tipo na zona de influência dos nós, com o valor de 88 milhões de euros. Ou seja, temos aqui 99 milhões mais 88 milhões.

Ora, não consigo perceber como é que se retiram estes valores e o preço ainda sobe 60 milhões de euros, mas, afinal, pôde ser corrigido mais à frente, por força do Tribunal de Contas, e vamos ver se há ou não os tais acordos contingentes neste valor de 60 milhões de euros.

Por isso, nenhum cidadão consegue perceber como isto acontece. Quando vê o relatório do Tribunal de Contas, pensa: «Então, nós tínhamos um preço, tirámos isto, isto, isto e isto e, ainda por cima, aumentamos o preço em 60 milhões de euros?!».

Para terminar, Sr. Presidente, há outra coisa que não entendo, e o Tribunal de Contas também não. Relativamente a esta concessão, diz assim: «Como resulta das alíneas (...)» — não interessa, é a y), é a gg) e tal — «(...) o concorrente adjudicatário na proposta inicial propôs-se pagar à entidade concedente 200 milhões de euros. Esta proposta inicial refletiu-se no VAL previsto para o concedente, teve impacto na pontuação obtida no critério (...) e, por isso, contribuiu para a sua seleção para a fase final. Ora, nesta fase tal proposta foi retirada. Este facto não pode deixar de suscitar

perplexidade, sobretudo num contexto de violação do que estava previsto no n.º 28 do PC». Ou seja, aparecem 200 milhões de euros na primeira fase, que, supostamente, a concessionária tinha de pagar ao Estado e, na segunda fase, desaparecem estes 200 milhões de euros e, para além de terem desaparecido, temos menos obra e, ainda por cima, a obra custa mais 60 milhões de euros. Isto não consigo perceber e o Tribunal de Contas também não.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, duas questões.

Relativamente à questão das obras, confesso-lhe que já não me recordo de quais foram as alterações. Lembro-me que foi retirado um troço, mas não me recordo exatamente quais foram as alterações que o contrato de construção sofreu. Em todo o caso, isto, certamente, está documentado...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Está aqui, estou a ler.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Com certeza, isso, certamente, está documentado e, portanto, acho que, nessas matérias, vale mais o que consta dos documentos do que qualquer opinião que eu lhe possa dar.

O custo de construção é facilmente mensurável e avaliável e, digamos, é validado pela Estradas de Portugal nas negociações, neste caso concreto. Portanto, o custo de construção é o que decorre da proposta e daquilo que o Estado aceitou como equilibrado. Tudo o que lhe possa dizer sobre isso fica no domínio da opinião.

Relativamente à questão financeira, já tive oportunidade de dizer que o ano de 2008 terminou de uma forma muito diferente daquela como

começou. E, de facto, quando a proposta foi preparada — estamos a falar no 1.º trimestre de 2008 —, foi organizada com essa possibilidade ou com essa entrega de 200 milhões de euros ao Estado. Acontece que, ao longo de todo esse período, ou seja, entre março ou abril de 2008 e setembro ou outubro de 2008, o mundo, sobretudo o mundo financeiro, mudou violentamente.

Vou dar-lhe dois ou três exemplos: para além da falência do Lehman Brothers, com tudo o que isso representou, o próprio modelo de financiamento e a garantia firme dos bancos, sempre exigida nestes processos, para financiar o empreendimento, foi muito difícil de obter, ou seja, quando nós, em setembro ou outubro de 2008, fomos entregar a BAFO, tivemos — nós e os outros concorrentes, certamente — dificuldades muito grandes para obter dos bancos financiadores garantias firmes e cartas de compromisso firmes de que financiavam aquela concessão. Isto era verdade naquela, como era verdade nas outras. E isto foi abundantemente tratado nas reuniões de negociação entre os candidatos e, no caso, a empresa concorrente, o consórcio concorrente que eu integrava, e a Estradas de Portugal e seus *advisors*.

Portanto, essa questão genérica da diminuição de liquidez no mercado, a questão da fuga, se quisermos, dos bancos internacionais ou de alguns bancos internacionais destes projetos e do País e, por outro lado, o aumento muito significativo do custo dos recursos financeiros necessários condicionaram fortemente a proposta final e, portanto, implicaram, digamos, a sua alteração nessa matéria.

Agora, é verdade também que a proposta que, na altura, foi apresentada tinha uma proposta base e uma proposta variante, e a variante era exclusivamente financeira, ou seja, os tais 200 milhões pagos à Estradas de Portugal ou ao Estado português. A proposta base não tinha essa

componente, mas qualquer uma delas foi classificada como melhor proposta do que a proposta do outro concorrente. Ou seja, para tentar ser o mais claro possível, se a opção do Estado português, quando foram apresentadas as propostas, fosse de excluir liminarmente a variante financeira, a empresa que estava melhor colocada e que tinha a pontuação mais alta continuaria a ser o grupo que eu, na altura, integrava.

O Sr. **Presidente** (Hélder Amaral): — Sr. Doutor, Srs. Deputados, entramos agora na segunda ronda de questões, dispondo os grupos parlamentares de 3 minutos, com muito menos tolerância, como devem calcular.

Estão inscritos os mesmos Srs. Deputados, pelo que vou dar a palavra por ordem de inscrição.

Assim, tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Manuel Seabra.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, não me ia inscrever, mas é obrigatório, porque é absolutamente indispensável precisar duas coisas.

Ó Sr. Doutor, o senhor sente alguma inibição pelo facto de ter decorrido simplesmente um ano e meio ou um ano e picos entre a sua saída do Governo e a sua entrada na Mota-Engil?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não, Sr. Deputado. Reitero aquilo que já disse.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Acha que, por exemplo, o Prof. Valente de Oliveira, insuspeitíssimo, para mim, para si e para toda a gente, também sentiu?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não me vou pronunciar sobre o Prof. Valente de Oliveira, o que me parece é que, compreendendo eu que esse tipo de questões é muito apelativo,...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sensível...

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — ... carece sempre de demonstração em concreto.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Doutor, mas a questão foi-lhe colocada de uma forma tão iníqua que me permito fazer-lhe uma pergunta que, provavelmente, até será abusiva.

O Sr. Doutor, quando foi convidado para administrador, sentiu que a empresa Mota-Engil lhe estava a pagar algum favor?

Risos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, julgo que...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — É que aquilo que é sugerido na pergunta é justamente isso. E faço-lhe a pergunta com frontalidade: o senhor acha que a Mota-Engil lhe estava a pagar algum favor quando o convidou?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sobre essa matéria, já tive oportunidade de dizer que não senti nenhuma inibição nem nenhum problema de consciência sobre a presença sucessiva no setor público e no setor privado. E acho mesmo — não me refiro, em concreto, ao que o Sr. Deputado acaba de dizer — que esse é um discurso um pouco perigoso...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Também acho.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — ... do ponto de vista do que nós pretendemos alcançar.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — E populista, demagógico.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — É que, quando eu, no exercício das minhas funções na Mota-Engil, fui para os países de Leste, para o Brasil, para o México apresentar propostas de concessões, ganhar concursos de concessões, e com isso fazer crescer uma empresa portuguesa, acho que continuava a prestar um serviço ao meu País.

Relativamente a uma outra matéria, que também é sempre muito apelativa, e que, no fundo, o Sr. Deputado corporiza nessa pergunta um pouco mais radical — permita-me a expressão — que fez agora,...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Intrusiva, até.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — ... diria que tive o privilégio de trabalhar numa grande empresa e tive, sobretudo, o privilégio de trabalhar numa empresa cotada. E, portanto, trabalhando numa empresa cotada, tudo aquilo que me foi pago por essa empresa é público, tão público como são

os rendimentos dos titulares de cargos políticos, pelo que não tenho sobre isso nenhum tipo de dificuldade, se quiser, ou de preocupação que não aquela que decorre de, em cada momento da minha vida, achar que devo ter os comportamentos adequados e que respeitem aqueles que são os meus valores e os meus princípios.

Por outro lado — e tive oportunidade de o dizer numa entrevista que passou na SIC há uns meses —, se essa questão preocupa os órgãos do Estado em Portugal, julgo que também os deve preocupar exatamente na mesma medida o percurso inverso, ou seja — e já estamos no domínio da opinião que me permito partilhar convosco, se tiverem um minuto para me ouvir —, acho que diabolizar quem teve responsabilidades públicas ou políticas e que a seguir vai trabalhar para uma empresa privada e achar que quem está no setor privado e vem trabalhar com responsabilidades públicas, vem prestar um serviço público, é ter um critério de avaliação que pode ser, em si mesmo, limitador de muitas coisas.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Estamos absolutamente de acordo.

Nessa sequência, até lhe faço a pergunta ao contrário. Presumo que a Mota-Engil lhe estivesse a pagar um favor quando o convidou para a administração. Quando estava na administração da Mota-Engil, sentiu que estava a pressionar e a utilizar a sua qualidade de político para pressionar o Governo PSD/CDS?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, respondo-lhe de uma forma um pouco... Se quiser, respondo-lhe dizendo o seguinte: a minha qualidade de político cessou no momento em que cessei funções políticas.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Então, não senti que estava a pressionar o Governo PSD/CDS, nessa qualidade.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não, nem esse nem nenhum outro.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — E senti que o Governo achava que o senhor o estava a pressionar?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Também acho que não. Se quer lhe que diga com toda a franqueza, acho que não.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — É preciso ser claro nisto, é preciso frontalidade.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — A característica de ser... Políticos somos todos. As funções políticas terminam quando terminam.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Muito obrigado, Sr. Deputado. Era isso.

Ainda disponho de 1 minuto e 40 segundos, que vou utilizar, espero que com alguma racionalidade, para colocar duas questões breves.

O Sr. Doutor sabe quanto é que custou por quilómetro a concessão Doute Interior? Tem números? Lembra-se disso de cor?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não, não tenho. Tenho ideia...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — O número está publicado...

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Tenho ideia de que havia um contrato de construção de cerca de 700 milhões de euros, à volta disso.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sim, mas o custo por quilómetro linear da concessão Douro Interior é de 2,390 milhões de euros. Sabe quanto é que custava por quilómetro a construção, mesmo em regime de parcerias público-privadas, antes do novo regime introduzido pelo Governo socialista?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não, não sei. Não faço ideia.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Custava três vezes mais: custava 9,710 milhões. Não tem esse número?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não faço ideia.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Uma última questão, que é também uma conclusão que gostava que...

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Se me permite, também é preciso termos presente nesse tipo de circunstâncias que há vários custos que decorrem da natureza da construção...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Entradas e saídas de autoestradas...

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Ou seja, se tem viadutos, se não tem viadutos...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Mas triplicar o preço por quilómetro não resulta só das saídas e das entradas, pois não, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — O que estou a dizer é só isto:...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Ou dividir por três o preço não resulta de ter só mais saídas e mais entradas, pois não? Há aqui um acrescento de racionalidade, ou não?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Cada projeto é um projeto.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Mas há aqui um acrescento de racionalidade, ou não?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não lhe posso dizer, porque não sou engenheiro. Portanto, tenho muita dificuldade nisso.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Não é engenheiro, mas foi administrador das empresas, tinha responsabilidade nas empresas, sabia quanto é que as obras custavam.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sabe que é da natureza destes processos que o concessionário exija um preço ao construtor. Não o faz o preço da construção, e eu ficava nessa parte de exigir o preço ao construtor.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Está bem, mas ainda bem que, com o advento do novo modelo, as coisas passaram a custar três vezes menos.

Não vou fazer nenhuma pergunta, vou tirar uma conclusão, que gostava que comentasse, sendo esta a minha última intervenção nesta audição de hoje.

Tendo em conta a pergunta que há pouco lhe foi feita pelo Deputado Duarte Marques, que tinha a ver com a carta de conforto que o Governo tinha enviado à Estradas de Portugal, nas recomendações relatório do Tribunal de Contas de 2005 diz-se, entre muitas outras coisas, que tendo como objetivo minimizar o custo da componente de financiamento, deve o Estado conceder garantias de financiamento à Estradas de Portugal. Concorda com esta conclusão tirada pelo Tribunal de Contas neste relatório de 2005?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Confesso-lhe que não percebi o alcance da pergunta.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — O Deputado Duarte Marques há pouco falou de uma carta de conforto que o Ministro Teixeira dos Santos teria feito chegar à Estradas de Portugal, de tal forma que a Estradas de Portugal se sentisse confortável para lançar aquele conjunto de subconcessões que acabaram por lançar. Isto aconteceu em 2006 e em 2007. Antes, em 2005, o Tribunal de Contas vem, num relatório, entre outras recomendações, recomendar que tendo como objetivo minimizar o custo da componente de financiamento, deve o Estado conceder garantias de financiamento à Estradas de Portugal.

Esta é uma conclusão tirada pelo Tribunal de Contas no seu relatório de 2005, que está mais do que publicado. Gostava que comentasse isto, para, de alguma forma, saber se esta decisão do Ministro Teixeira dos

Santos e do Ministro Mário Lino foi ou não avisada, tanto mais que dava cumprimento a um relatório anterior do Tribunal de Contas.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, a única coisa que lhe posso dizer sobre isso é o seguinte: quando o Estado português tinha o *rating* que tinha à época, uma garantia do Estado era sempre um fator determinante para a diminuição dos custos de financiamento.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Portanto, esta carta que o Ministro Teixeira dos Santos e o Ministro Mário Lino dirigem à Estradas de Portugal inclui-se nesse objetivo de reduzir os custos de financiamento?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, não me compete vir aqui tirar conclusões. Compete-me vir esclarecer aquilo que possa ser esclarecido.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Mas, em tese geral, um cidadão avisado, um *bonus pater familias*...

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Aquilo que o cidadão avisado pode dizer é aquilo que eu disse.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, António Filipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Filipe Marques.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Doutor, sei que isto pode parecer «chover no molhado», mas não ficaria bem com a minha consciência, porque penso, tal como o PSD, que, quando as pessoas são sérias, irem para o privado ou para o público, se desempenharem bem as suas funções e protegerem bem o interesse que representam, não é colocado em causa. Mas gostava de lembrar uma matéria, para ser justo, e para lhe dizer por que é que fiz estas perguntas todas.

Depois de ouvir o Deputado Manuel Seabra, também me parece que há dois PS no *sidecar*, como se falava hoje no Plenário. É que, de facto, estava agora a recordar as palavras do Deputado Rui Paulo Figueiredo aquando da audição do Eng.º Ferreira do Amaral, dizendo «não ficaria bem se não lhe dissesse algo que já tinha dito dezenas de vezes na Comissão de Inquérito, de que o senhor é um bom exemplo, de que devia haver reforço, a nível legislativo, das incompatibilidades de passagem do setor público para o privado» — um homem que 12 anos depois... Afinal, também parece que há opiniões diferentes no Partido Socialista.

Foi só por isso que lhe fiz a pergunta. Porém, isto não é o mais relevante aqui. O mais relevante é apurar o papel do Estado e a forma como algumas pessoas terão enfraquecido a estabilidade do Estado nestas matérias.

Mas também para verificarmos que não basta tentar «atirar lama» para cima das pessoas e que é preciso esclarecer, faço-lhe uma pergunta muito concreta: enquanto membro do Governo e enquanto administrador de uma empresa privada, pela sua experiência pessoal, quem é que decidia lançar PPP? Quem é que era a entidade que decidia que íamos fazer uma autoestrada? Era a Mota-Engil, era o Estado ou era a CaixaBI ou o Santander? Quem é que lançava o concurso? Quem é que tomava as decisões?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, dá-se até a particularidade de, nestes casos concretos, as decisões serem por via legislativa e, portanto, não quero acreditar que no meu País as decisões legislativas não sejam tomadas pelos órgãos próprios, ou seja, o Governo e o Parlamento. Portanto, não há nenhum concurso que não decorra de decisões legislativas prévias, sejam elas a aprovação de decretos-leis com o Plano Rodoviário Nacional — e o PRN em vigor até foi referendado e alterado aqui, no Parlamento — e, subsequentemente, de decisões legislativas que têm a ver com fixação de quais os troços do Plano Rodoviário Nacional, que são: primeira decisão, autoestradas; segunda decisão, objeto de concurso de concessão.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Felizmente, ainda vivemos num Estado de direito e é assim que acontece. É que, pelas palavras do Partido Socialista, até parecia que era um funcionário da CaixaBI que decidia lançar autoestradas e PPP. Mas, de facto, percebo que concorda comigo.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Deputado, Manuel Seabra, oiça com atenção!

Outra pergunta, Sr. Doutor: numa parceria destas, qual é o papel do consórcio financeiro? O consórcio financeiro procura, ou não, arranjar financiamento o mais barato possível para o Estado e para as concessionárias?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, se me permitirem, começo um bocadinho antes.

Este tipo de negócio tem, diria eu, três componentes ou três suportes, se quiser: dois mais pesados e um menos pesado. O menos pesado é a capacidade e a tecnicidade da operação e manutenção das rodovias. Depois, tem duas componentes determinantes, que são a construção e o financiamento.

O Sr. Deputado perguntou-me qual era o papel do consórcio financeiro. O papel do consórcio financeiro é assegurar que há dinheiro para fazer. Obviamente que é do interesse de toda a gente que esse dinheiro seja contratado nas melhores condições possíveis. Mas também é papel do consórcio financeiro defender os seus interesses, porque, como sabem, neste tipo de processos e de projetos só o projeto responde e só o projeto garante os financiamentos obtidos.

Portanto, o papel dos financiadores é, evidentemente, determinante para que as propostas sejam as melhores possíveis e para que os negócios sejam os melhores possíveis para todas as partes.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — O Partido Socialista, recentemente, propôs que o Estado criasse uma taxa ou um imposto especial sobre os lucros das concessionárias das autoestradas.

Se ainda fosse presidente da Mota-Engil, o que é que faria?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, tenho alguma relutância em pronunciar-me em matéria fiscal, que francamente não domino, e muito menos quando essa matéria fiscal tem a ver com questões que, porventura,

terão pouco a ver com aquilo que aqui vim falar, que é sobre a concessão Douro Interior.

Portanto, se o Sr. Presidente e o Sr. Deputado me permitem, eu não gostaria de me pronunciar sobre uma questão que não tem, diria eu, fundamentalmente a ver com aquilo para que fui convocado.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Doutor, peço desculpa, mas tem tudo a ver.

Peço alguma tolerância ao Sr. Presidente para dizer o seguinte: nós estamos a avaliar uma PPP em relação à qual o Sr. Doutor teve responsabilidades claras na gestão da empresa; foi proposto ao Estado, pelo líder do maior partido da oposição, que criasse um imposto sobre os lucros das concessionárias; e uma parte importante do mandato desta Comissão é retirar ensinamentos para o futuro para evitar e para poder gerir melhor a relação do Estado com as parcerias público-privadas.

Portanto, é normal que eu pergunte a uma pessoa com tão larga experiência no setor privado e no setor público quanto a esta matéria, no caso de ser aplicado um imposto, atendendo às condições dos contratos atuais em que o risco fiscal passou para o Estado — e nós sabemos quem é que passou o risco fiscal do privado para o Estado —, como administrador, qual seria a sua reação perante uma proposta destas, para podermos avaliar e colocar no nosso relatório as consequências de uma proposta destas.

Uma vez que já não vou poder fazer mais perguntas, gostava de terminar com o seguinte: há pouco, o Sr. Deputado Manuel Seabra leu um documento sobre uma carta de conforto que, supostamente, teria sido enviada à Estradas de Portugal para esta ficar mais confortável. E eu gostava de esclarecer que não é isso. A Estradas de Portugal sempre esteve confortável e tanto esteve confortável que mandou fazer, a mando do

Governo, várias estradas. Quem não estava confortável com a situação eram os consórcios e as concessionárias que viam que a situação era insustentável do ponto de vista financeiro e, se não fosse um aval pessoal dos ministros das Finanças e das Obras Públicas, não teriam avançado.

Por isso, o conforto não era para a Estradas de Portugal; era para o setor privado que, muito antes do Governo, já tinha percebido a falência em que a Estradas de Portugal estava.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, relativamente às questões que coloca, gostaria de realçar o seguinte: tive oportunidade de dizer que não conhecia a carta que foi aqui lida e, portanto, comentei em função daquilo que foi aqui lido e daquilo que me pareceu ser a consequência daí tirada.

Em matéria de política fiscal, diria que isso até é uma competência reservada do Parlamento — o Sr. Presidente saberá isso muito melhor do que eu — e, portanto, é ao Parlamento que compete fixar os impostos. Não me vou pronunciar sobre isso.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Não foi essa a questão.

Sr. Presidente, posso esclarecer a questão?

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado já excedeu largamente o seu tempo.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Mas é um esclarecimento que acho que é importante.

Sr. Doutor, não perguntei qual era a reação do Estado ou da Assembleia. Perguntei enquanto administrador qual seria a sua reação. Pediria um reequilíbrio financeiro, ou não?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Eu diria que mal vai qualquer administrador e qualquer empresa se reage a posições que não são as posições ou do Governo ou do Parlamento. É isso que lhe compete fazer e não...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não, desculpe. Enquanto fui administrador da Mota-Engil, nunca andei a reagir ou a propor a reação a posições dos líderes políticos por mais respeitáveis que eles sejam. Não é esse o papel das empresas. O papel das empresas é dialogar e negociar com o Governo, com o Parlamento, com quem muito bem entender. Não é reagir individualmente a posições dos líderes políticos ou dos Deputados.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Já percebi que não quer responder. Por isso, não vale a pena insistir.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, permite-me uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tenha dó de nós... Mas faça favor. É que há Srs. Deputados inscritos, portanto, não vamos prejudicar os seus direitos.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Eu sei. Já me inscrevi e já esgotei o tempo, mas como houve aqui um conjunto de perguntas que foram...

O Sr. **Presidente**: — Então, é por isso que faz a interpelação à Mesa...

Risos.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — É sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Se tivesse uma pergunta de natureza substantiva, pedia ao meu colega Rui Paulo Figueiredo que se inscrevesse e ele fá-la-ia.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Não. A única coisa que quero dizer tem justamente a ver com a condução dos trabalhos e com as conclusões que se podem tirar da forma como o inquérito está a ser conduzido e é para precisar exatamente o contrário do que disse o Deputado Duarte Marques: o risco fiscal, designadamente nas subconcessões e principalmente na concessão Douro Interior, corre inteiramente pelo lado do privado e não pelo lado do público, ao contrário do que referiu o Deputado Duarte Marques.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, para mim, a Douro Interior continua a ser o ponto essencial desta audição, tirando as outras considerações e a minha opinião em relação às questões de incompatibilidade ou do período de nojo, mas isso é a minha opinião.

Centralizando a questão no relatório do Tribunal de Contas, há uma coisa que aqui não ficou bem explicada, Sr. Doutor, porque não se tratava só da degradação das condições económicas à época. O que, pelos vistos, até nem era verdade, porque, se recordarmos, do ponto de vista político, o PS baixou o IVA de 21% para 20% visto que a crise tinha acabado, em 2009 aumentou os funcionários públicos em 2,9%, lançou todas estas concessões, fez investimento público. Por isso, os sinais não eram de que havia crise financeira; os sinais dados aos portugueses eram exatamente contrários.

A pergunta que lhe faço é a seguinte: quando é que começou, exatamente, esta obra do Douro Interior?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, não lhe sei responder, porque, como já tive oportunidade de dizer, assinei o contrato em novembro de 2008 e em dezembro de 2008 deixei de ter qualquer responsabilidade nessa matéria.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Mas o Sr. Doutor assinou o contrato. E agora peço-lhe para fazer o exercício de ler o relatório do Tribunal de Contas e se pôr na nossa posição.

Assim, se olhar para isto, diz: «nós lançamos um concurso para construir esta estrada, Douro Interior, que vai custar ao Estado 696 milhões

de euros.» A empresa passa à segunda fase: 696 milhões de euros. E, na segunda fase, o Estado decide, julgo unilateralmente, e diz «não, não vamos fazer este lanço Junqueira-Pocinho que está avaliado em 99 milhões de euros. Retiramos isto ao valor inicial.» Há aqui umas alterações às obras, que já há pouco referi, não vou elencar outra vez, de mais 88 milhões de euros. Mas, afinal, isto ainda custa mais 60 milhões de euros. E nós fazemos as contas e isto, face ao valor inicial, já está a dar um diferencial de mais 247 milhões de euros.

Depois, há ainda uma coisa que não vem explicada em lado nenhum da primeira fase para a segunda fase. O Sr. Doutor deu aqui uma explicação, desculpe, incompreensível, diria eu. Ou, então, assume quem foi o responsável e quem autorizou o perdão dos 200 milhões de euros da primeira para a segunda fase, porque não aparece no contrato, esqueceram-se. O senhor olha para o primeiro contrato e depois olha para o segundo contrato e diz assim: «Esqueceram-se aqui de 200 milhões de euros.» Só o Tribunal de Contas é que vem dizer: «Não, não, os senhores disseram que iam pagar 200 milhões de euros», mas, afinal, esses 200 milhões de euros desapareceram, há aqui um perdão.

Pergunto: quem foi o responsável? Quem autorizou que esses 200 milhões de euros da primeira fase para a segunda fase fossem esquecidos, sem justificação nenhuma? Não há nada no segundo contrato, pelo menos que eu tenha visto, que justifique estes 200 milhões de euros.

O que dá um diferencial, somando aos 247 milhões de euros, de 447 milhões de euros. Ou seja, nós tínhamos uma coisa que ia custar 696 milhões de euros e, no meio destas contas todas, com obras a menos, com preços a mais, com perdão de valores, afinal, vai custar mais 447 milhões de euros.

Ponha-se no lugar do cidadão, ponha-se no lugar do fiscalizador nesta Comissão, e aquilo que lhe pergunto, com toda a sinceridade, como há pouco quis responder, é o seguinte: Como é que justifica isto àqueles portugueses que nos estão a ouvir diretamente ou que nos vão ouvir através da AR TV? Como é que justifica isso a estas pessoas?

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, já tive oportunidade de lhe dizer, e vou tentar ser o mais claro possível, que a razão pela qual há uma mudança significativa na variante financeira da proposta inicial para a BAFO tem a ver com a dificuldade que passou a existir de levantamento de dinheiro nos mercados. Não merece a pena ir à procura de outro tipo de explicações, tem a ver tão-só com isto. Tem a ver com o facto de nós, como certamente os outros concorrentes, termos estado até ao último momento a tentar obter cartas de compromisso firme dos bancos, porque os bancos não tinham, de facto, na altura, disponibilidade de liquidez para os financiamentos necessários.

Portanto, é a explicação. Enfim, o Sr. Deputado aceitará ou não. É muito simples, é esta: passou a haver, de facto, uma dificuldade de liquidez e um aumento do custo dos financiamentos.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Passa de 696 para mais 497.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Não, Sr. Deputado. Estou a falar dos 200 milhões.

Relativamente à questão da variação do custo de construção, já tive oportunidade de dizer, e reitero, não tenho essa memória e certamente que isso tem de resultar da avaliação que foi feita das propostas. Quer dizer, eu não... Essa é uma matéria em que não estamos no domínio da opinião,

estamos no domínio da factualidade. Portanto, não lhe consigo reconstituir a factualidade, até porque não tenho acesso aos documentos. Agora, os documentos da época, nomeadamente os relatórios produzidos e que suportaram a adjudicação, hão de explicar o que se passou e quais foram as alterações que foram introduzidas. Não posso inventar explicações para uma matéria que é, como digo, do domínio da pura factualidade.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, permite-me mesmo para terminar?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Doutor, fiquei na mesma.

Esta questão não está esclarecida. Os 200 milhões de euros desaparecem do primeiro para o segundo contrato. Não há nenhuma explicação. E a pergunta que lhe faço é quem autorizou, quem sugeriu que houvesse esta alteração de 200 milhões de euros da primeira para a segunda fase.

Repare, é muito simples. Dizer aqui que houve uma alteração das condições de financiamento e, como tal, nós não pagamos 200 milhões de euros. Onde é que isso está no contrato? Como é que isso se verbalizou? Foi alguém que se lembrou de dizer «agora, na segunda fase, vamos retirar os 200 milhões de euros, esquece-se isto, ninguém se lembra do primeiro concurso e dos 200 milhões de euros e isto fica resolvido»? Como é que isto foi decidido? Estamos a falar de 200 milhões de euros! Quem é que decidiu isto? Quem é que decidiu autorizar este segundo contrato, retirando os 200 milhões de euros, com os quais os senhores venceram o concurso

quando concorreram na primeira fase, dizendo que iam pagar e retribuir à Estradas de Portugal?

Vai desculpar-me, mas a explicação que aqui deu não é factual, não diz quem autorizou, quem foi a entidade — se foi a Estradas de Portugal, se foi o Secretário de Estado —, se houve esse pedido por parte da concessionária à Estradas de Portugal para que fosse retirado, como é que foi justificado e como é que desapareceram 200 milhões de euros de um concurso para o outro. Não consigo perceber. Não há nenhuma justificação.

Se não existisse o relatório do Tribunal de Contas que deu conta disso, não se sabia. E o Sr. Doutor aqui confirma que se lêssemos só o segundo contrato, não aparece lá nada; se olhássemos só para o segundo contrato, desaparecem 200 milhões de euros por artes mágicas.

O Sr. Dr. **Luís Parreirão**: — Sr. Deputado, lamento muito, mas não tenho muito mais a dizer-lhe.

Nós apresentámos uma proposta inicial que tinha uma variante financeira. A proposta base sem variante financeira foi a proposta a que foi atribuída, nessa fase, a melhor classificação. Na segunda fase, ou seja, na BAFO, pelas razões que já lhe disse, a proposta apresentada mereceu também a melhor classificação. Foi isso que aconteceu.

Se me pergunta quem é que autoriza, quem é que não sei quê... Bom, estamos no domínio da entidade pública, provavelmente. Sobre isso, não me posso pronunciar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, como o Sr. Deputado Paulo Batista Santos prescindiu de intervir, concluimos, assim, a segunda ronda, o que significa que concluimos os nossos trabalhos.

Agradeço, mais uma vez, ao Sr. Dr. Luís Parreirão a sua participação nesta reunião e lembro que a próxima audição será no dia 9 de abril com o Sr. Dr. Gonçalo Moura Martins.

Desejo a todos muito boa tarde e um bom fim de semana.

Está encerrada a reunião.

Eram 16 horas e 55 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.